

Os Brácaros Chapeleiros

Mundos e representações dos chapéus
no Rio de Janeiro (1825-1898)

The Hat Makers from Braga

Worlds of Hats and Their Representations
in Rio de Janeiro (1825-1898)

LYNDON DE ARAÚJO SANTOS

Departamento de História

Universidade Federal do Maranhão

Av. dos Portugueses, 1966, Bacanga, São Luís, MA, 65.080-805, Brasil

lyndon@terra.com.br

RESUMO O presente artigo faz uma narrativa histórica e social dos chapéus e dos chapeleiros no Brasil do século XIX, apresentando aspectos da produção, do uso e das representações sociais ligadas ao vestuário e à moda. Discorre sobre os mundos do trabalho e do mercado chapeleiro, situados num conjunto de transformações sociais vivenciadas no contexto urbano no Rio de Janeiro. Por um lado, uma rede de importadores, leiloeiros, modistas e fabricantes circularam distintos modelos voltados para o consumo; por outro, trabalhadores e operários foram responsáveis por conflitos ante as condições impostas a essa mão de obra escrava e livre assalariada. Como parte desse cenário, mostra as conexões existentes entre as cidades de Braga e Rio de Janeiro pelas trajetórias de vida de portugueses chapeleiros imigrados, que protagonizaram o surgimento de uma importante fábrica de chapéus na região central da corte e na região da Mangueira, no período republicano.

PALAVRAS-CHAVE chapéus, representações, Rio de Janeiro

Recebido: 02 de fevereiro de 2015 | Aprovado: 20 de agosto de 2015

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752015000300006>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 787-818, set/dez 2015

ABSTRACT This article is a social and historical narrative of the hats and the hat makers in Brazil in the 19th century and presents aspects of the production, the use and the social representations connect to clothing and fashion. It talks about the labor world and the hat market world in a set of social transformations in the urban context of Rio de Janeiro. On one hand, a network of importers, auctioneers, milliners and hat makers provided distinctive models for consumption; on the other hand, workers and employees were responsible for conflicts due to the conditions which were imposed to this labor force, which included slaves and free wage workers. As a part of this scene, the article shows the existing connections between the cities of Braga and Rio de Janeiro through the lives of Portuguese immigrant hat makers who were the protagonists of the raising of an important hat factory in the central region of Rio de Janeiro and in Mangueira region in the republican period.

KEYWORDS hats, representations, Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Muito mais do que a simples proteção da cabeça, o chapéu serviu, no Brasil oitocentista, para a identificação e a distinção social, adaptado às diferentes situações sociais, estações, ambientes, tempo e clima. Havia uma simbologia política nos idos de 1831, quando quem usava o chapéu nacional era considerado liberal exaltado e usar o importado, sobretudo inglês, “levava seu dono a ser alcunhado de absolutista, rendido ao estrangeiro e não patriota” (Beloch; Fagundes, 1997, p.69-70).

Já na república proclamada, seu significado associou-se à modernidade do novo regime, como depreendemos nesta propaganda:

Viva a República!!!! Deodoro, R. Barbosa, Q. Bocayuva, B. Constant, Wandenkolk, A. Lobo, S. Ferraz, D. Ribeiro, C. Sales, L. Godofredo, L. Trovão, J. Manuel, S. Jardim, J. Pinheiro, são estes os chapéus moderníssimos. Qual o republicano que deixará de usar um chapéu destes?

Só se encontram na rua do Ouvidor n. 103, nova Chapelaria Universal, de Jacintho Lopes. É quem está na ponta! Sabem por que está na ponta? Por ser a melhor chapelaria da rua do Ouvidor. Não se enganem! Não tenho filiaes. É 103 Ouvidor – Chapelaria Universal 103!!¹

Um dos personagens machadianos afirmou que a escolha do chapéu era regida por um princípio metafísico ante a ilusão de liberdade da escolha de um modelo.

A escolha do chapéu não é uma ação indiferente, como você pode supor; é regida por um princípio metafísico. Não cuide de quem compre um chapéu exerce uma ação voluntária e livre; a verdade é que obedece a um determinismo obscuro. A ilusão de liberdade existe arraigada nos compradores, e é mantida pelos chapeleiros que, ao verem um freguês ensaiar trinta ou quarenta chapéus, e sair sem comprar nenhum, imaginam que ele está procurando uma combinação elegante. O princípio metafísico é este: - o chapéu é a integração do homem, um prolongamento da cabeça, um complemento decretado *ab eterno*; ninguém o pode trocar sem mutilação. É uma questão profunda que ainda não ocorreu a ninguém. (...) Ninguém advertiu que há uma metafísica do chapéu. Talvez eu escreva uma memória a este respeito ... Quem sabe? pode até ser que nem mesmo o chapéu seja complemento do homem, mas o homem do chapéu ... (Táti, 1991, p.120).

Essas e outras representações surgiram desde a formação de um mercado consumidor e do mundo do trabalho configurado por chapeleiros, enquanto sujeitos centrais da trama histórica. Descrevemos, então, por um lado, as condições do trabalho dessa mão de obra e, por outro, as trajetórias de portugueses imigrados para o Rio de Janeiro, nascidos em Braga, Portugal.²

1 *O Paiz* (Rio de Janeiro), p.2, 05 jan.1890.

2 Dai a designação de *brácaros*.

Essa cidade teve, com o Rio de Janeiro, um importante fluxo de relações comerciais, demográficas e culturais após a independência, exemplificadas pelos irmãos Fernandes Lopes (José Antonio e José Luiz) e Costa Braga (Francisco Antonio e Francisco José), os *brácaros* chapeleiros. Anônimos e desconhecidos no meio de milhares de imigrantes desse período, suas trajetórias de vida se singularizaram pelas atividades mercantis e fabris no contexto urbano. A fábrica por eles iniciada se tornaria uma das maiores na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas da república.

Daí a importância de vermos esses mundos e essas representações em torno da produção chapeleira.

OS CHAPÉUS DE BRAGA E A PRODUÇÃO NO BRASIL

A oficina desses portugueses não foi a única a iniciar esse fabrico em meados do século XIX, marco de uma significativa mudança na produção de chapéus na Europa e nos Estados Unidos, em que o Brasil acompanhou a tendência do mercado mundial em expansão (Ramada, 1997, p.72). Nas décadas anteriores, os chapéus eram importados em peças e aqui montados, ou vinham em unidades completas, para serem então vendidos em casas comerciais e *de modas*, lojas e armazéns nas ruas do Ouvidor, da Quitanda e de outras, ou em leilões concorridos.

Segundo Hardman e Leonadi, “a indústria chapeleira também era uma das mais antigas. Desde 1825, no Rio de Janeiro, a fundação da primeira fábrica de chapéus [foi] estabelecida por Miltrand & Pedelupe” (1982, p.38). Essa atividade provavelmente foi mais uma montagem das peças importadas por estrangeiros que controlavam o comércio de chapéus, pois não havia ainda a produção interna de matérias primas para a sua confecção.

E, mesmo antes, encontramos atividades chapeleiras desde 1820 nos jornais, tais como os importados *Chapéus de Braga*, conhecidos pela pouca sofisticação na produção, ao contrário dos chapéus finos de castor, voltados para as elites. Pois, nesse período, não somente Braga, mas toda a produção chapeleira portuguesa passou a depender de suas

colônias e ex-colônias e, principalmente, do mercado brasileiro (Pereira, 2011, p.295). No norte de Portugal, Braga e Feira eram as suas principais zonas produtoras, sendo Braga o berço dessa manufatura com mais de 150 mestres chapeleiros. A produção minhota abasteceu “grande parte do mercado brasileiro na segunda metade do séc. XVIII e inícios do séc. XIX” e outras províncias do Reino (Ramada, 1997, p.111-113).

Em 1824, apareciam nos jornais muitas propagandas de leilões de produtos que incluíam chapéus. Dentre eles, havia referências aos de Braga, como os das 12 caixas que seriam leiloados junto com outros produtos por um dos mais destacados leiloeiros J. J. Dodsworth, cuja casa ficava na Rua da Alfandega, nº 38.³ Nessas propagandas, aos poucos, os chapéus foram se destacando das demais peças do vestuário, tornando-se um item com exclusividade nas vendas por chapeleiros franceses e nos leilões, importados da Inglaterra, Itália, França e Portugal.

Desenvolveu-se uma rede de indivíduos e de locais ligados à comercialização dos chapéus, como chapeleiros, leiloeiros, importadores, alfaiates e modistas, armazéns e lojas. Eram na maioria estrangeiros e com significativa presença de mulheres como modistas e proprietárias de lojas de modas, fundamentais para uma história da moda no Brasil, a qual não é o interesse imediato deste artigo.

Os chapéus fabricados em Braga eram denominados *grossos* pela sua rusticidade e sem variação de formas e cores, de tonalidade escura, com material mais resistente e duradouro, voltado mais para proteger a cabeça do que adorná-la, daí a sua utilização maior pelas camadas simples. Eles também serviam como base e estrutura para outras modalidades como os chapéus de patentes utilizados por militares. A sua manufatura era obra de *sombrereiros* espalhada por várias regiões.

Tinham a copa baixa e a aba larga, eram bem baratos e recuperaram a sua importância como principal produto nas exportações portuguesas

3 *Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), p.71, 17 dez. 1829. Dodsworth importou e distribuiu mercadorias ligadas em sua maioria ligadas ao vestuário, incluindo chapéus: os da Fábrica Portuguesa, os de Braga, os Finos, os Ingleses, os de Castor (finos brancos para mulheres andar a cavalo), os de Patente, os de Palha, os de sol para mulheres e os de oleado finos.

a partir da década de 1830 até meados do século. Eram consumidos pelas populações rurais, sem que se tenha registrado alterações nos processos de sua fabricação, pelo fato de se manterem os procedimentos tradicionais em sua confecção. No ano de 1844, foram despachados para o Maranhão (1.300), Rio de Janeiro (1.429), Bahia (mais de 1.000) e Pernambuco (4.744), pela alfândega do Porto (Ramada, 1997, p.186). Por sua vez, o aparecimento e o desenvolvimento dos chapéus finos e de palha provocariam a sua decadência.

Ainda conservas o chapelinho de Braga que te eu dei? Era um chapéu como se quer: grossinho sim, mas valente; grude não lhe faltava? Hoje já não há d'esses chapéus! Olha Mamede, os chapeleiros de Braga estão às moscas! hoje tudo são chapéus de palha! A palha está tendo muito gosto entre nós!⁴

No periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional* das décadas de 1830-1840 a situação dos chapéus apareceu no debate sobre as formas, os materiais, as tecnologias e os produtos químicos utilizados no seu fabrico, demonstrando o esforço de aprimoramento da fabricação que primava pela maior impermeabilidade, qualidade dos materiais (peles de animais como lebre e castor) e pela estética das unidades.

As mudanças nas relações comerciais entre Brasil, Portugal e outros países, favorecidas pela legislação que regulamentou tanto a imigração como a entrada de novos produtos, contribuíram para a expansão da produção interna que ainda não correspondia à fabricação de todas as suas fases. Antes, importavam materiais e tecnologias da Inglaterra, principalmente, a fim de reunir as peças nas suas oficinas e aplicar técnicas tais como a da goma elástica no feltro, a partir de 1843.

O destaque aos chapéus apareceu em 1837 no relatório da exposição da Indústria Nacional no *Conservatorio Machinico* de diversos artigos fabricados no Rio de Janeiro.⁵ Dez anos depois, a SAIN (Sociedade

4 *Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), p.2, 19 nov. 1850.

5 *O Auxiliador da Indústria Nacional* (Rio de Janeiro), p.277, ago. 1837.

Auxiliadora da Indústria Nacional) apelava aos sócios a apresentarem seus produtos: “Os que plantam e moem cana levem uma porção do seu açúcar; os cultivadores de chá façam o mesmo; os fabricantes de chapéus inscrevam-se para a apresentação do que tiverem de melhor”.⁶ O açúcar, o chá e os chapéus se destacaram para representarem a produção nacional. Ao lado de duas atividades de base agrícola, o chapéu era a única produzida conforme a lógica de uma linha de produção, embora dependente em todas as suas fases do preparo e do trato manual dos materiais.

Contudo, entre 1848 e 1851 começaram as importações de peles de coelho, de lebre e de castor, indicando o início do tratamento dessa matéria prima por parte das fábricas no Rio de Janeiro e em outras províncias como São Paulo e Rio Grande do Sul, nas cidades de Porto Alegre e Pelotas. Da mesma forma, surgiram solicitações de isenção dos direitos de importação. Com um capital inicial de doze a quarenta mil réis um contrato social de “comércio de fabrica de chapéus” era registrado no tribunal do comércio.⁷

No Rio de Janeiro, inicialmente, como muitas outras atividades, a produção de chapéus limitou-se a uma manufatura quase totalmente artesanal, com tecnologia importada, mas que passaria por certa *evolução* na corte.

Em 1846, já havia seis fábricas deste ramo, só na Corte, número que chegaria a 21 em 1866. Até então a indústria exigia pouco capital fixo. Na década de 1860, o processo de fabricação, até então exclusivamente manual, começa a se mecanizar com a importação de máquinas de costura, de lustrar, de engomar, de enfortir, de enformar, além de serras e caldeiras, com abundante emprego do vapor. Aumentava-se, assim, prodigiosamente, a força da produção, exigindo-se, porém, mais capital por parte dos fabricantes. Os chapéus eram de boa qualidade. Os direitos de alfândega eram bastante elevados, a ponto de afastarem quase

6 *O Auxiliador da Indústria Nacional* (Rio de Janeiro), p.185, out. 1847.

7 *Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), p.1, 07 maio 1861 e p.1, 04 jun. 1861.

completamente do mercado os chapéus estrangeiros, o que constitui uma exceção na história econômica daquele período (Hardman; Leonadi, 1982, p.38).⁸

De fato, segundo Weid, foi a indústria de chapéus que protagonizou um movimento protecionista na defesa de tarifas alfandegárias que favorecessem a produção nacional e “já ostentava há muito tempo um papel relevante na simbolização de posições antagônicas na política” (Beloch; Fagundes, 1997, p.69-70). Para Batalha, “a postura protecionista dos chapeleiros e a busca de aliança com os ‘industriais nacionais’, contra a concorrência estrangeira, constituem um bom exemplo” de defesa profissional por parte das “primeiras sociedades de auxílios mútuos, com base nos ofícios manuais” (Batalha, 1999, p.49-50). Entretanto, o registro da fundação do Club Protetor dos Chapeleiros de caráter mutualista ocorreu somente em 1890 (Batalha, 2009, p.216). Dentro da SAIN deu-se uma divisão entre os interesses dos comerciantes e dos industriais diante do antagônico liberalismo.

A MÃO DE OBRA CHAPELEIRA

Nesse cenário foi fundamental a presença de uma mão de obra de chapeleiros surgida em função dessa produção. Formaram-se, assim, as condições para a fabricação nacional que viesse a concorrer com as peças de fora, num mercado consumidor em expansão.

Em torno do vestuário e do chapéu também surgiu uma rede de serviços de conserto, lavagem e tinturaria, bem como a necessidade de mão de obra especializada contando a escrava, a exemplo do anúncio que procurava “um homem de qualquer Nação ou cor, que seja oficial de Chapeleiro, que saiba enformar e tingir os ditos chapéus; quem estiver nestas circunstâncias, dirija-se a rua Nova de S. Bento N. 26”.⁹

8 Para Eulália Lobo, “a fabricação de chapéus foi a que melhor resistiu à concorrência estrangeira no século XIX” (1978, p.173).

9 *Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), p.71, 21 out. 1824.

Alguns fabricantes eram também donos de escravos que faziam diversas outras tarefas dentro e fora da fábrica, e comercializavam outras mercadorias junto com os chapéus. A mão de obra escrava era também oferecida como a do *preto* que dentre outras muitas habilidades, “sabe fazer balaios, e chapéus de palha”,¹⁰ o que aponta para a existência de escravos chapeleiros.¹¹

Três episódios retratam os conflitos, a sobrevivência e a resistência por parte dos escravos chapeleiros.

José Wamosy tinha uma fábrica na rua de São Pedro, 68 e anunciou a fuga do preto Manoel da idade de 17 a 18 anos, prometendo a gratificação de 100 a 200 réis, um negro de ganho alugado da bordadeira D. Anna Justina. Não era um negro qualquer, pois sabia ler e escrever e declarava-se forro como forma de ludibriar quem o abordasse. Manoel fugiu para as bandas de São Cristóvão, mas foi visto tanto no largo do Machado como no Engenho Novo entre os dias 10 de março e 10 de junho de 1837.¹²

José de Calazans Outeiro era dono de fábrica na rua de São Pedro, 120, e viu o seu preto Matheos fugir: “[era] baixo, cor fula, nariz muito quebrado, pés pequenos, e algum tanto tortos, feio de cara, e com sinais de espinhas; levou roupa, e um ferro ao pescoço: trabalhou de serigueiro em outro tempo, na rua da Cadeia, e da Quitanda”.¹³ Os detalhes descritos preconceituosamente das aparências destacavam as marcas distintas como formas de identificação que facilitaríamos a recaptura.

Esses conflitos se traduziram também em agressões físicas, como foi o caso do negro de nome Ricardo, escravo de Braga & Rocha, proprietários de uma fábrica situada na Rua de São Pedro. O preto foi acusado pela justiça pública do crime de tentativa de homicídio diante dos ferimentos graves causados em duas pessoas. No julgamento, Ricardo se auto definiu como crioulo, nascido em São Gonçalo, município de Niterói, com

10 *Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), p.34, 11 nov. 1824.

11 *Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), p.2, 21 mar. 1854.

12 *Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), p.3, 10 mar. 1837.

13 *Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), p.4, 23 jan. 1840.

a idade de 28 anos, solteiro, chapeleiro, não sabia ler e nem escrever e que era escravo há quatro anos de Braga & Rocha.

Seu crime foi agredir com uma enxada a cabeça de Thomaz Rocha, parente de um dos proprietários, como reação e vingança aos maus tratos recebidos por esse que era o administrador ou contra mestre. Havia um ano que levava um cepo de ferro nos pés que o senhor não lhe tirava, além dos muitos açoites, tentativa suicídio e, por fim, agressão ao contra mestre. Ricardo afirmou que outros “trinta e tantos parceiros” moravam na fábrica com ele, confirmando a suspeita de que os trabalhadores das fábricas, assim como os do comércio, moravam nos locais de trabalho em sua maioria. Ricardo também feriu outro homem chamado Albino Cardoso Duarte quando este interveio no ataque à vítima.

O promotor pediu a pena de morte baseando-se no artigo 201 do código penal, por ter deixado sequelas permanentes nas vítimas mesmo sem óbito. O Curador, Dr. Pereira Lima, defendeu o acusado tentando livrá-lo da pena máxima e atenuando-a diante das confissões, da não resistência à prisão e de outras razões. O ministro presidente (juiz) resumiu para os jurados a matéria e elencou questões a serem respondidas no julgamento final do réu, conduzindo praticamente a sua condenação. A sentença final foi a condenação unânime do réu “a galés perpetuas, a 500 açoites que serão dados na forma da lei, e a trazer um ferro ao pescoço por espaço de seis anos, e mais custas que serão pagas pelo seu senhor”.¹⁴

As recorrentes fugas dos cativos encobriam e silenciavam os conflitos no interior das fábricas e reforçavam os argumentos acerca da inviabilidade da utilização da mão de obra escrava. E as razões estavam na falta de estímulo para o trabalho, na tendência à preguiça, na ausência de habilidade técnica e na superioridade da mão-de-obra livre assalariada. De modo geral, a responsabilidade do atraso e da desesperança quanto à melhora da produção no Brasil era desses *brutos sujeitos*.

14 *Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), p.3, 27 fev. 1852.

Os *escravos* obrigados a trabalhar diariamente e mesmo forçados a um continuo movimento que lhes desagradava, fazem por demarcar o mais possível um afazer, a fim de que não os sobrecarreguem de outros, a ponto de quando são excitados por seus parceiros dizerem: *que me importa; o trabalho nunca acaba*; isto os leva gradativamente à *preguiça*, que forma em muito pouco tempo o seu principal característico: e com razão, pois quem não tem interesse e gosto no trabalho jamais o fará.¹⁵

O expositor em reunião da SAIN defendeu o afastamento dos braços escravos da indústria por meio da taxaço de impostos pesados sobre cada escravo a fim de favorecer os que utilizam os braços livres. A desagregação da escravidão e a pressão por medidas liberais incorriam no discurso da responsabilização do problema na mão de obra escrava. A incompatibilidade do seu uso com a lógica da produção mais mecanizada e especializada levou à sua substituição, mas em meio a contradições e convivências entre mão-de-obra livre assalariada e a servil. Por sua vez, a morosidade e a preguiça atribuídas ao trabalhador escravo seriam formas de resistência à imposição de sua força de trabalho.

A questão da mão de obra passava pela convivência da escrava com a livre, da especializada com a não especializada, da nacional com a estrangeira.

Na constituição do mercado de trabalho livre, a concorrência exercida pelo trabalho escravo, a cultura em torno da degradação do trabalho devida a existência da escravidão e o comércio de produtos importados que sempre superavam em valor e volume a produção e a comercialização nacional manufatureira, todos esses elementos ajudaram a impedir que muitos homens livres pobres expropriados nacionais e estrangeiros se integrassem como força de trabalho, aos olhos da época, numa turba de “vadios”, “preguiçosos” e “mendicantes” (Vitorino, 2012, p.1).

15 *O Auxiliador da Industria Nacional* (Rio de Janeiro), p.251, dez. 1849.

A chegada de chapeleiros portugueses foi um componente importante nesse impasse e conflito de fundo. De Portugal, não vieram somente os chapéus, experiência e tecnologia, mas os próprios chapeleiros ou trabalhadores que dominavam alguma técnica no fabrico.

O influxo dessa mão de obra especializada de alguma forma contribuiu para mudanças na produção nacional.¹⁶ Por isso, a atividade dos chapeleiros esteve diretamente relacionada à imigração portuguesa como em nosso caso de estudo, mas também a outras nacionalidades como a alemã, a espanhola e a italiana em São Paulo, desde meados e fins do oitocentos, fator responsável por conflitos internos nas organizações operárias mais tarde (Batalha, 2000, p.168).

OS BRÁCAROS CHAPELEIROS

O percurso dos brácaros nos ajuda a compreender em parte a formação desse mundo do trabalho e da fábrica em meados do século XIX. Além da imigração, houve outros mundos que também atravessaram suas trajetórias de vidas como a religião, a história familiar e as relações entre as cidades de Braga e Rio de Janeiro.

Os livros de registros de passaportes dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, Sousa trazem os “nomes dos titulares dos passaportes e respectivos acompanhantes, sexo, idade, naturalidade, estado civil, profissão, nível de alfabetização e destino no Brasil quando possível” (Sousa, 2008, p.27). Dessa região norte de Portugal vieram cerca de novecentos e sessenta mil portugueses ou 80% dos que emigraram para o Brasil, sendo os distritos do Porto e de Viseu os que tiveram o maior número de emigrantes. O distrito de Braga situa-se no quinto lugar do maior número de emigrantes, totalizando 3.466 passaportes individuais com destino ao Brasil ou 1,6%, entre 1835 e 1950 (Sousa, 2008, p.27).

16 A mão de obra feminina, de igual modo, foi de fundamental importância para a produção chapeleira. “Somente as indústrias de chapéus, sabão e velas empregavam mulheres” (LOBO, 1978, p.185).

Do conjunto de leis que favoreceram “a implantação de um capitalismo periférico e dependente” a partir de 1850, o Código Comercial regulamentou as atividades mercantis dos estrangeiros, que deveriam se registrar em um dos Tribunais de Comércio situados na capital do império, Bahia, Pernambuco e Maranhão. Das vinte categorias elencadas por Lená Medeiros e Paula Leitão a de chapéus e calçados ocupava 2,1% de registros no Tribunal do Comércio da capital do império, entre 1851 e 1870. Os portugueses também estavam presentes neste grupo, embora em menor percentual (Menezes; Cypriano, 2008, p.103-104-109).

Esses dados são importantes para se compreender o contexto das atividades comerciais desenvolvidas pelos portugueses no Rio de Janeiro. A aplicação do novo código – em substituição da antiga *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação* – estimulou a vinda de portugueses, atraídos pelas perspectivas de trabalho e ascensão econômica. Essa conjuntura associava-se à crise política e econômica vivida por Portugal e às medidas tomadas pelo governo português em relação ao Brasil (Serrão, 1985, p.183-184). Tanto os portugueses já estabelecidos como os emigrados, favoreceram-se das mudanças na economia e nas relações políticas e a incidência da imigração de “jovens caixeiros” foi uma tendência marcante (Menezes; Cypriano, 2008, p.108).

Não encontramos registros dos nomes dos brácaros que vieram para o Brasil nesse período no Arquivo Distrital do Porto. Também os jornais do Rio de Janeiro não registraram nenhuma entrada de portugueses com seus nomes. Há que se considerar a possibilidade de terem vindo de forma clandestina, imigrados para a corte, experiência comum de muitos atraídos pelas promessas de traficantes que alimentavam a chamada “escravatura branca”.¹⁷

17 Em Portugal, o ministro da Marinha apresentou na câmara eletiva um projeto de lei que previa punições a traficantes que seduziam jovens com promessas de grandes vantagens, mas não contou com a credibilidade, pelo menos do jornal. Recorte. *O Bracarense: periódico político e literário* (Braga), Typ. Lusitana, 1855-1870.

JOSÉ ANTONIO FERNANDES LOPES (BRAGA)

Tais mudanças favoreceram a emigração dos irmãos Fernandes Lopes pertencentes a uma família de certa condição social, que enfrentou problemas por conta dos conflitos entre os miguelitas e os partidários liberais de D. Pedro IV (Mata; Valério, 1993, p.136-137). A família possuía algumas terras e era conhecida como *marchant*, pois criava gado para comercializar o leite e a carne e, devido à situação política e econômica, enviaram seus dois filhos com algum recurso para investir.¹⁸

José Antonio Fernandes Lopes nasceu na freguesia de São Paio de Merelim em 2 de fevereiro de 1833 e viveu 15 anos no Rio de Janeiro.¹⁹ Sua chegada se deu pelos idos de 1850 com a idade de 17 anos, provavelmente com algum capital e tecnologia que proporcionaram as condições de iniciar a pequena unidade e ainda empregando a mão de obra própria. Fez comércio com lojas de fazenda e foi multado por infringir posturas municipais na freguesia do Sacramento.²⁰ Talvez, por conta disto, em fevereiro de 1854 foi preso pela 2ª delegacia “para averiguações”.²¹ Importou carnes ensacadas e armazenadas em barris, e provavelmente negociou escravos, pois viajou a Campos em 18 de agosto de 1861, no interior da província, pelo vapor Hermes com “6 escravos a entregar”. No mesmo ano, fora para Ubatuba, litoral de São Paulo, comercializar alguma mercadoria, quem sabe também escravos.²²

18 Além de José Antonio e José Luiz, outros *bracarenses* se envolveram também com a produção de chapéus. Pelo menos três fábricas apareceram nas fontes pesquisadas, como COSTA BRAGA & C.; GONÇALVES BRAGA & C., BRAGA ROCHA & IRMÃO e BRAGA COSTA & C. Essa presença não se torna surpresa, pois a cidade de Braga, desde o período pombalino, havia se tornado um dos principais centros de produção chapeleira (cf. SERRÃO, 1985; RAMADA, 1997; COSTA, 2007).

19 Arquivo Distrital de Braga - Universidade do Minho. LIVRO DE NASCIMENTOS Nº 3 - Anos 1817-1843 - Freguesia Merelim (S. Paio) - Conselho de Braga - Nº 626 Baptizados, p.118.

20 *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.2, 10 abr. 1851.

21 *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.2, 25 fev. 1854.

22 *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.4, 30 abr. 1861 e p.4, 18 ago. 1861.

No primeiro dia de 1862 formalizou a sociedade com os irmãos Costa Braga que liquidaram as suas unidades anteriores,²³ estabelecendo “fábrica de chapéus da rua de S. Pedro n. 52, sob a razão social *Costa, Braga & C.*, segundo o respectivo contrato registrado no tribunal do comércio”.²⁴ A sociedade entre os três, portanto, foi formalizada por uma fusão quando os negócios prosperaram. Os dados e as informações obtidos se conflitam quanto ao início da fábrica, guardada na memória pelos descendentes.²⁵

Segundo os dados do Relatório da Segunda Exposição Nacional de 1866, a *Costa, Braga & C.* era a fábrica com o maior número de

23 “FABRICA DE CHAPÉOS. FRANCISCO JOSÉ DA COSTA BRAGA faz sciente aos seus amigos, tanto desta praça, como do interior, que tendo ficado com o estabelecimento de fabrica de chapéus da rua de S. Pedro n. 52, que gyrava em nome de Braga, Rocha & Irmão, continua com o mesmo negocio sob sua firma particular. Espera, portanto, merecer dos seus amigos e fregueses a mesma confiança que sempre prestigiarão á extincta sociedade” (*Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.4, 20 dez. 1860). Desde 1853, Francisco Antonio da Costa já importava chapéus (*Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.2, 29 set. 1853) e, em março de 1857 requereu receber da alfândega da corte 600 carapuças de lã para chapéus vindas do Havre na galera francesa *Imperatrice du Brésil*, avariadas com água salgada (*Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.2, 28 mar. 1857). Nesse mesmo ano registrou sua fábrica no tribunal do comércio (*Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.4, 04 jul. 1857). Essas importações continuaram nos anos seguintes vindos principalmente do Porto, juntamente com objetos de armarinhos e fazendas de seda.

24 *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.3, 12 jan. 1862.

25 “A data de nossa fundação é incerta. Os livros mais antigos mostram que 1º de julho de 1868 o Sr. José Luiz Fernandes Braga adquiriu esta fábrica de um francês, sita à rua de São Pedro nº 106, constando que havia sido fundada em 1857” (S. A. CHAPÉO MANGUEIRA. Instruções de treinamento aos mestres, chefes de serviço e assistentes. *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), p.233-239, 1947). Em outra fonte, temos a informação de que foi “fundada em 1858, por Felipe Corrêa de Mesquita Borges, desde 1868 é de propriedade do Sr. Fernandes Braga” (*Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), p.6, 01 out. 1908). O nome de Felipe Corrêa de Mesquita Borges aparece no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* entre os anos de 1854 e 1868 na categoria *Fabricas e Lojas de Chapéus finos de castor, de seda e lebre de todas as qualidades*, inicialmente na Rua de S. José, 74 (1854) e depois Rua de S. Pedro, 110 e 148 (1856 a 1868). Eulália Lobo afirma que “ainda no mesmo ramo eram as fábricas de Felipe Correa de Mesquita Borges (1857), comprada por Fernandes Braga e Cia., em 1867, localizada na Rua de São Pedro e a de Braga e Costa e Cia., estabelecida em 1860 na mesma rua e mais tarde transferida para Botafogo” (1978, p.173). Na memória oral o local onde começaram as suas atividades situava-se no largo de Santa Rita.

operários e de chapéus produzidos dentre as demais na corte imperial.²⁶ Suas trajetórias estão entrelaçadas, pois os irmãos Costa Braga eram também da freguesia de São Paio de Merelim e, como conterrâneos, formaram a sociedade até o ano de 1868.²⁷

Antes de retornar em definitivo para sua cidade natal José Antonio viajou para a França em 1863, certamente a negócios. Em 1866 perdeu a filha de um ano de idade, de nome Amélia, por conta de uma “enterocolite”, sepultada no dia 28 de março. Em abril de 1867, partiu para Lisboa e dali para Braga onde viria a falecer no final do ano. Retornou com alguma fortuna acumulada sendo, por isso, chamado de *brazileiro*.²⁸ Foi identificado como negociante e chamado de *ilustríssimo* nos documentos cartoriais, tendo feito negócios e dívidas. Não sabemos ao certo qual foi o motivo desse retorno precoce, provavelmente nos anos de 1865/1866 por causa da sua saúde, pois há registros sobre a sua enfermidade e o conseqüente falecimento aos 34 anos.²⁹

Desenvolveu atividades sociais marcantes na cidade de Braga e nas freguesias de São Victor e de Sam Paio de Merelim, onde, junto com outros *brazileiros* erigiu a torre da igreja, conforme a placa fixada acima da estátua do santo, onde aparece o seu nome e o nome de um dos seus sócios da fábrica no Rio de Janeiro:

26 Possuía 80 empregados e um valor total de produção de 300:000\$000 contos de réis (LOBO, 1978, p.202-299 e VITORINO, 2012, p.3).

27 “FRANCISCO José da Costa Braga tendo dissolvido a sociedade sobre a fabrica e negocio de chapéus á rua de S. Pedro n. 52, que tinha com Francisco Antonio da Costa Braga, declara que continua com o mesmo negocio debaixo da mesma firma, sob sua responsabilidade individual. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1865. – *Francisco José da Costa Braga*.” (*Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.4, 26 abr. 1865).

28 Designação dada aos portugueses que voltavam bem sucedidos, com novo status social, distinguidos até na forma de se vestir e nos hábitos adquiridos no Brasil. Primavam por se destacar nas benfeitorias à cidade e à freguesia onde nasceram, nas ações religiosas e nos cargos importantes ocupados em entidades civis e comerciais (MENEZES, 2012, p.79-95).

29 Arquivo Distrital de Braga - Universidade do Minho. REGISTRO CIVIL DE BRAGA - CASAMENTOS 1828-1867/ÓBITOS 1835-1872 - São Paio de Merelim - Misto N° 6 - Livro 618. N. 1879.01.02/1880.11.14 C. 1868.02.08/1880.11.20 O. 1873.01.03 - Misto N° 7 Livro 619, p.178.



Figura 1 - Torre da Igreja em Sam Paio de Merelim³⁰

A referência aos nomes relacionados ao Rio de Janeiro demonstra a conexão que havia com a cidade Braga, tanto na vinda como nos retornos numa outra condição de vida superior àquela quando emigraram. O envio de recursos ganhos no Brasil para as famílias bracaraenses era algo regular, havendo registros de negociações, procurações, hipotecas, heranças e investimentos presentes nos testamentos e nas escrituras. Além disso, não poucas construções de casas e de igrejas ocorreram com os recursos enviados do Brasil, sendo a arquitetura das casas influenciada pela cultura abasileirada desses retornados.³¹

José Antonio integrou a comissão que convocou a população para um *meeting* quando se deu uma grande discussão sobre a situação do *caminho de ferro* do Porto a Braga. As disputas políticas e os interesses econômicos estavam por trás do lobby em torno do projeto que estenderia a linha de trem até Braga. A comissão fora formada por membros do corpo comercial da cidade, como proprietários e industriais, o que indica a sua ascensão social.

30 “Mandarão fazere esta Torre os filhos d’esta freguezia José Marques Antunes do Porto, Francisco José da Costa Braga, José Antonio Fernandes Braga, Manoel José Peixoto Merelim do Rio de Janeiro, 1867.” Fotografia pelo autor deste artigo.

31 Esta informação foi dada pelo historiador Eduardo Oliveira, professor Doutor da Universidade do Minho.

O debate reuniu cerca de três mil cidadãos de Braga e paróquias vizinhas, segundo os números do jornal. Na lista dos membros da comissão, José Antonio era o segundo, logo após Manoel Luiz Ferreira Braga, comerciante, diretor do Banco do Minho e presidente da associação comercial. Outros *Braga* e *Bahia* fizeram parte da reunião/comissão reforçando a suspeita de que os *brazileiros* retornados alçaram posições de destaque. A comissão permanente nomeada pelo *meeting* era composta de “respeitáveis capitalistas e proprietários desta cidade”.³²

Outra participação sua foi como vice-secretário do Montepio São José que reuniu como associados trabalhadores (artistas), considerada uma instituição *pobre e incipiente*. Esse relato sobre a pobreza do montepio contrastou com os seus primórdios quando mobilizou a cidade, agregou sócios e promoveu apresentações no teatro São Geraldo com a finalidade de arrecadar mais fundos e recursos. O retorno a Braga coincidiu com outro momento financeiro dos Fernandes Lopes, favorecidos pelos recursos enviados do Brasil e pela expansão dos negócios e do comércio de carnes. A nova condição, enfim, representou para José Antonio a conquista de prestígio social, tal como verificamos nas suas inserções em comissões e outras atividades.³³

Ele aparece como credor de dívidas, inclusive oriundas do período em que viveu no Brasil, a exemplo de Manuel Joaquim Gomes que falecera no Rio de Janeiro ainda com o pai vivo, Antonio de Jesus. Sua irmã, Theresa Maria de Jesus, representada pelo marido Domingos Antonio Martins, haveria de receber a herança tanto do irmão como do pai que também falecera. Entretanto, havia uma dívida para com José Antonio contraída desde 1864 no Rio de Janeiro, a qual deveria ser paga com parte ou toda a herança, contabilizados os custos dos juros dos anos passados e dos que ainda viriam caso não fosse paga. Os bens da família ficaram hipotecados diante do valor total a ser pago para o “ilustríssimo proprietário e negociante”, o *honrado* Segundo Outorgante da dívida.³⁴

32 Recorte. *O Bracarense: periódico político e literário* (Braga), Typ. Lusitana, 1855-1870.

33 Recorte. *O Bracarense: periódico político e literário* (Braga), Typ. Lusitana, 1855-1870.

34 “Escritura de confissão, confirmação e obrigação com hypotheca, que fazem Domingos Antonio

Mas nem tudo da vida de José Antonio ficou esclarecido, como em toda biografia. Em outro documento cartorial sobre a definição de fronteira do terreno e da casa onde morava, havia a figura da esposa que não levava o seu sobrenome.³⁵ Essa escritura data de 24 de dezembro de 1867, mas em 29 do mesmo mês José Antonio faleceria como solteiro sem constar no registro de sua morte o nome de Donna Maria da Graça Arantes.³⁶ Da mesma forma seu nome não apareceu na sepultura da família no cemitério ao lado da igreja em Sam Paio de Merelim. Tal omissão leva-nos a considerar um relacionamento fora dos padrões morais e religiosos da época.

OS COSTA BRAGA

Em 1864, foi deferido a Francisco Antonio da Costa o requerimento “pedindo a declaração, em sua carta de comerciante matriculado, de ter acrescentado ao seu nome o apelido – Braga”.³⁷ Acrescentar o nome do local de nascimento era uma forma de identificação tanto no ramo comercial como nos relacionamentos sociais por parte dos patrícios, por meio de uma rede de solidariedade percebida nos registros das atividades comerciais e industriais, sobretudo a partir de 1850.³⁸ Em 1865, Francisco Antonio se desligou da fábrica voltando para Portugal.

Antunes, e mulher Theresa Maria de Jesus ao Illustrissimo Jose Antonio Fernandes Braga todos moradores em Sam Victor na cidade de Braga, na forma abaixo, em 7 de setembro 1866”. Arquivo Distrital de Braga - Universidade do Minho. LIVRO NOTARIAL DE BRAGA - INDICE 10 - 1864.01.04/1869.08.31 - Tabelião Joaquim Teixeira Pinto Duarte - 07 set. 1866 - Livro 21.

35 Arquivo Distrital de Braga - Universidade do Minho. LIVRO NOTARIAL DE BRAGA - INDICE 10 - 1864.01.04/1869.08.31 - Tabelião Antonio Carlos D'Araujo Motta - Ano de 1867, p.135.

36 Arquivo Distrital de Braga - Universidade do Minho. REGISTRO CIVIL DE BRAGA - CASAMENTOS 1828-1867/ÓBITOS 1835-1872 - São Paio de Merelim - Misto Nº 6 - Livro 618. N. 1879.01.02/1880.11.14 C. 1868.02.08/1880.11.20 O. 1873.01.03 - Misto Nº 7, Livro 619, p.178.

37 *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal* (Rio de Janeiro), p.2, 23 ago. 1864.

38 Formavam-se as “redes de informação e acolhida” (MENEZES, 2012, p.79-95). Se Francisco Antonio acrescentou o nome Braga somente em 1864, Francisco José apareceu nas fontes em 1857 já com o *Braga* incorporado. *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal* (Rio de Janeiro), p.3, 11 maio 1857.

Francisco José foi o mais influente e o mais abastado. Em 1858 viajou à Europa acompanhado pelo irmão e pelos familiares, leiloando “todos os seus ricos e elegantes moveis, piano-forte, ornamentos para sala e gabinetes, prataria, bronzes, finos cristais, porcelanas, trem de casa, vinhos, escravos etc”, e deixando sua residência na rua larga de S. Joaquim, uma “casa nobre de dois andares”.³⁹ Nos anos seguintes importou objetos de chapeleiro, farinha, milho, fazendas, vinho, vários gêneros e mantimentos pela embarcação de nome Laguna. Foi procurador de um amigo, o que demonstra os laços estabelecidos de confiança entre seus pares.⁴⁰

Uma rentável atividade foi o da representação de indivíduos e de companhias na compra de bilhetes de loterias, que eram uma forma de empréstimos a juros para obras de natureza privada e pública. A única compra que fez de loterias não relativas a obras foi “a benefício do montepio geral de economia dos servidores do estado”.⁴¹

Sua projeção social foi significativa, pois foi um dos sessenta maiores acionistas do Banco Comercial do Rio de Janeiro e do Banco Rural e Hipotecário. Foi agraciado com o *hábito de Cristo* em Portugal e “com o grau de cavaleiro da ordem de Cristo” (1866), além de ser membro da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência juntamente com o seu irmão (1868). Foi vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência, como um dos seus conselheiros e também integrou o Conselho Deliberativo do Gabinete Português de Leitura.⁴²

Francisco José da Costa Braga associou-se, então, a José Luiz Fernandes Lopes (Braga), o irmão mais novo de José Antonio que assumiu a condução da fábrica partir de 1868.

39 *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.2, 06 abr. 1885.

40 *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.3, 06 jan. 1860.

41 *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.3, 05 jun. 1861.

42 *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (Rio de Janeiro), p.1, 19 out. 1866 e p.2, 21 dez. 1866; *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), p.373, 1867 e p.376, 1868.

JOSÉ LUIZ FERNANDES LOPES

Este foi o último dos brácaros que nasceu na mesma freguesia em dezesseis de maio de 1842. Veio trabalhar na fábrica do irmão, cumprindo o destino de muitos portugueses à procura de novas oportunidades no Brasil. Há uma referência à sua chegada em 1854 com a idade de doze anos e o periódico *O Paiz*, na sua nota de falecimento em dezessete de março de 1920, afirmou ter vindo ainda “muito criança para o Rio de Janeiro” (S. A. Chapéo Mangueira, 1947, p.233-239).⁴³

Outros registros, entretanto, citam a sua chegada em 1858 (Rocha, 2013, p.68). Da mesma forma, a propaganda do periódico, *Rua do Ouvidor*, sobre a fábrica em abril de 1900 diz que ele “embarcou para o Brasil em 1858 e, ao chegar aqui, empregou-se na fábrica de chapéus de Francisco Antonio da Costa, que era seu sócio o seu irmão já falecido José Antonio Fernandes Braga, á rua S. Pedro n. 130. (...) Em 1868 estabeleceu-se na rua S. Pedro n. 106 sob a firma Fernandes Braga & C.”⁴⁴

Até o ano de 1862, José Luiz trabalhou como caixeiro na fábrica do irmão e do sócio. Sua trajetória teve uma mudança quando foi levado por João Manoel Gonçalves dos Santos, seu amigo e futuro pastor da nascente Igreja Evangélica Fluminense,⁴⁵ à casa de Francisco da Gama, ocasião em que aceitou a fé protestante, sendo mais tarde batizado e recebido pela Igreja em seis de dezembro de 1863.⁴⁶ Ao se apropriar da ética religiosa protestante negou-se a trabalhar aos domingos, encontrando forte oposição por parte do irmão – que lhe disse não querer “vagabundos em sua fábrica” – e de seu sócio.

43 Também *O Paiz* (Rio de Janeiro), p.5, 17 maio 1920.

44 Jornal *Rua do Ouvidor* (Rio de Janeiro), p.1, 28 abr. 1900.

45 Hoje situada na Rua Camerino, 102.

46 Gama era um português da Ilha da Madeira que havia se refugiado em Illynois, Estados Unidos, por conta de uma perseguição religiosa aos protestantes pelos idos de 1840-1845. Juntamente com outros madeirenses exilados veio para o Brasil em 1855 sob o comando de Robert Reid Kalley, atuando como colportor, uma espécie de vendedor ambulante (mascate) de literatura protestante (SANTOS, 1995, p.34-37).

A questão do trabalho no domingo pelos caixeiros, entretanto, estava envolvida com conflitos trabalhistas e, neste caso, de ordem também religiosa e pessoal (Mattos, 2004, p.239-243). O Diário do Rio de Janeiro (1869) publicava a seguinte trova dedicada aos caixeiros que trabalhavam no balcão, intitulada *Aos Caixeiros*:

Passa o caixeiro a semana
Ao balcão a trabalhar,
Deixem ao menos que passe,
Um só dia a descansar.

O caixeiro também gosta,
De seu gyro á tarde dar:
Não sois vós só oh! patrões,
Que gostaes de passear.

Maldição sobre esses homens
Que não teem religião,
Que querem até o domingo
Ver o caixeiro ao balcão.

O patrão que abrir ao domingo
Sua casa de negocio,
Presumo que deve ter
O satanaz como sócio.

Aos caixeiros ofereço
Esses versinhos mal feitos,
Desejando que eles possam
Produzir bons effeitos.

J. B.⁴⁷

⁴⁷ *Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), p.3, 18 nov. 1869.

Expulso da fábrica foi trabalhar como vigia das *chatas* do porto do Rio de Janeiro, embarcações tracionadas por pequenos barcos que traziam mercadorias dos navios que não tinham espaço para aportar. Esse trânsito era feito de dia e, durante a noite, era necessária a vigilância das mercadorias que aguardavam o descarregamento na manhã seguinte. O emprego de baixa reputação na época foi conseguido a partir da influência de Robert Reid Kalley junto à colônia britânica.⁴⁸ Não se sabe quanto tempo trabalhou no porto.

Francisco José Costa Braga o procurou em 1868 e lhe ofereceu a parte da sociedade que pertencia a seu irmão falecido. Por motivos religiosos e por haver saído da fábrica, havia rompido relações com a família. Sua cunhada viúva, entretanto, autorizou o sócio do irmão a procurá-lo para assumir a sua parte e enviar os rendimentos para Braga. José Luiz, então, com o tempo, comprou as partes do irmão e do sócio, ficou proprietário de toda a fábrica e saldou todas as dívidas com sua família.

No entanto, algumas questões ficaram pendentes relativas a uma herança deixada pelos pais, à sociedade na fábrica de chapéus no Rio e ao que o irmão falecido deixara para a família. Em dezembro de 1883, José Luiz pagou a parte referente da herança dos pais pertencente a um dos seus irmãos. Ao que parece, tal herança fora investida na fábrica, por certo em matéria-prima e maquinário e, com o tempo, o valor investido foi ressarcido.⁴⁹

Aos 26 anos, o Consulado Geral do Brasil no Rio de Janeiro emitiu um passaporte para São Paulo com validade de dois anos, sendo descrito de estatura regular, de cor clara e olhos castanhos escuros. Designara-se caixeiro por profissão, não havendo nenhuma indicação quanto às suas ligações com chapéus. Em dezembro de 1869, acrescentou o sobrenome

48 Robert Reid Kalley era escocês, médico e missionário no Brasil desde 1855, fundou a Igreja Evangélica Fluminense em 1858.

49 “Recebi de meu irmão José Luiz Fernandes Braga da cidade do Rio de Janeiro império do Brasil tudo quanto me pertence por falecimento de nossos pais e que estava em poder do mesmo como sócio que foi dele pelo que lhe dou paga e quitação ficando assim saldadas todas as nossas contas até o presente. Vianna do Castello, 05 de dezembro de 1883. Manoel Fernandes Lopes. Em testemunho Moreira (?) (...). João Filipe de Castro” (SANTOS, 1995, p.81).

Braga, casou-se no dia 15 de março de 1871, “pelas onze da manhã”, no local de reuniões da Igreja Evangélica Fluminense, na Travessa das Partilhas (Santos, 1995, p.79-80).

Em fevereiro de 1878, Braga notificou a Robert Kalley o nascimento de sua filha, Christina Braga de Oliveira, e, ao mesmo tempo, testemunhou da situação de seus negócios com os chapéus.

Os negócios temporais têm corrido bem, graças a Deus; e creio que esse fato é o *resultado* das petições a Ele dirigidas, para provar aos inimigos *que se pode servir ao SENHOR em qualquer posição*. O crédito da casa aumenta: os homens do mundo têm grande confiança no que dizemos. Eis uma *razão* para vigiarmos contra o Inimigo das nossas almas, por este lado (Rocha, 1957, p.219).

Podemos considerá-lo um dos primeiros empresários a valer-se de uma ética protestante aplicada aos negócios no Brasil. Sua atuação foi determinante para os primórdios do protestantismo no Brasil destinando recursos para a Igreja Evangélica Fluminense, a ACM (Associação Cristã de Moços), a construção do Hospital Evangélico na Tijuca, a construção e reforma de templos no Brasil e em Portugal, o sustento de missionários e a divulgação de literatura religiosa.

A FERNANDES BRAGA & CIA.

A fábrica tomou mais impulso e expressão. Sua mentalidade conciliou a religiosidade com a expansão dos seus negócios por meio de uma ética pessoal e gerencial, favorecidas pelas condições tanto no mercado interno como no externo, importando tecnologia e consolidando a produção.

As fábricas de chapéus do Rio de Janeiro se elevaram de nove para 10 e as do Brasil de 21 para 23, no período de 1866 a 1873. O número de operários passou de 468 para 500. A produção de chapéus de seda declinou de 39.400 para 34 mil e a de feltro aumentou de 314 mil para 406

mil. O valor da produção em contos de réis manteve-se quase idêntico, ligeiramente menor. A produção total em 1873 era de 470 mil chapéus no valor de 1.600:000\$000 (Lobo, 1978, p.195).

A propaganda da própria fábrica enfatizava a modernidade do empreendimento e do processo de fabricação do chapéu com tecnologia, eficiência e rapidez.



Figura 2 – Propaganda da Fábrica em 1875⁵⁰

Além disso, o chapéu trazia a representação do asseio, da limpeza, da perfeição e da elegância, componentes de uma estética social e que se relacionavam com os valores religiosos puritanos. Na seção agosto de 1876, na SAIN, José Luiz foi recebido como sócio remido, descrito como “português, fabricante de chapéus de pelo de lebre, castor, etc., estabelecido e residente á rua de S. Pedro n. 104”, juntamente com outros portugueses também fabricantes de chapéus, passando a integrar a diretoria da entidade.

50 Acervo Privado da Família Fernandes Braga. Imagem digitalizada e catalogada pelo autor deste artigo na Seção Fotografias e Imagens em seu Relatório de Pesquisa, 2015, p.310.

Neste período, após a retração ocorrida pela guerra do Paraguai (Lobo, 1978, p.205), a indústria chapeleira fora fortalecida pela taxaço dos chapéus estrangeiros e pela diminuição das tarifas alfandegárias de matérias primas importadas, garantindo preços competidores. Essas medidas protecionistas contrariavam a orientação liberal do governo imperial ao favorecer um setor da indústria nacional.

Em 1873, houve intenso debate na SAIN quanto ao nível de qualidade dos chapéus nacionais diante dos estrangeiros, justificando a reivindicação de novas taxas alfandegárias.⁵¹ Os fabricantes se diziam sobrecarregados com as pesadas taxas aliadas à falta de braços e aos altos salários pagos em relação aos pagos na Europa. Tais medidas serviram para salvaguardar a indústria nacional e garantir a manutenção das fábricas e do trabalho a muitas famílias operárias. Enfim, os fabricantes de chapéus demonstraram força política dentro da Sociedade e compunham um setor de produção em crescente demanda. Esses embates contribuíram para uma mudança na política liberal do império na década de 1880 favorecendo o setor chapeleiro.

O ciclo de crescimento da Fernandes Braga & C. foi interrompido com o incêndio ocorrido nas dependências da fábrica no ano de 1896, que demarcou a necessidade de deslocamento para outro local mais apropriado para a escala maior de produção, com utilização de novas tecnologias. Ao saber que sua propriedade estava em chamas, José Luiz, que estava assistindo a um culto religioso, correu até o local e declarou a sua preocupação dizendo “salvem os livros”. Ele se referia aos registros contábeis, tendo a preocupação em não parecer ter sido um incêndio criminoso e provocado por questões de dívidas. Cerca de 130 trabalhadores perderam seus empregos por conta do incêndio.⁵² Os jornais noticiaram o ocorrido com detalhes tomados dos depoimentos dos empregados, dos policiais, dos bombeiros e de testemunhas.⁵³

51 *O Auxiliador da Industria Nacional* (Rio de Janeiro), p.385, set. 1873.

52 *O Christão*, p.15, out. 1896.

53 *O Paiz* (Rio de Janeiro), p.1, 17 set. 1896.

A fotografia dos escombros demonstra com relevância a figura do seu proprietário. Destacam-se duas zonas com maior e com menor luminosidade, estrategicamente contempladas pelo foco do fotógrafo. Ao centro, o Sr. José Luiz com as mãos numa polia maior ligada a uma menor por um eixo, numa posição central e postura que sugerem a tentativa de serenidade e de controle da situação em meio aos escombros e à ruína de seu empreendimento.

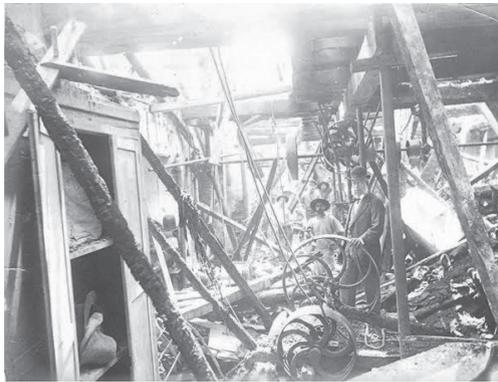


Figura 3 – Ruínas do incêndio em 1896⁵⁴

Os materiais aparentes demonstram as condições da fabricação de chapéus submetida a um espaço apertado e sujeito à insalubridade. Os riscos iminentes de incêndio eram constantes considerando-se a tecnologia do vapor utilizada na produção. Num mesmo espaço tinha-se o maquinário, o armazenamento de matérias primas e dos chapéus, acrescentando-se a estrutura do local em madeira. Depreende-se que o incêndio iniciou-se na parte de trás da fábrica onde abriu um vazado no telhado pelas chamas. Seis operários portugueses aparecem ao fundo em dois grupos de três, atrás da figura eminente do proprietário. Os materiais aparentes demonstram as condições da fabricação de chapéus

54 Acervo Privado da Família Fernandes Braga. Fotografia tirada em setembro 1896 por autor desconhecido, digitalizada por Isis Fernandes Braga em 22 ago. 2013 e catalogada pelo autor deste artigo na Seção Fotografias e Imagens em seu Relatório de Pesquisa, 2015, p.310.

submetida a um espaço apertado e sujeito à insalubridade. Os riscos iminentes de incêndio eram constantes considerando-se a tecnologia do vapor utilizada na produção. Num mesmo espaço tinha-se o maquinário, o armazenamento de matérias primas e dos chapéus, acrescentando-se a estrutura do local em madeira. Depreende-se que o incêndio iniciou-se na parte de trás da fábrica onde abriu um vazado no telhado pelas chamas. Seis operários portugueses aparecem ao fundo em dois grupos de três, atrás da figura eminente do proprietário.

Os prédios, as mercadorias, as matérias primas e as máquinas estavam avaliados em mais de mil contos de réis. Os seguros de diversas companhias - Fidelidade, Integridade e Geral de Seguros, União Commercial de Varegistas, Atalaya, Previdente - no valor de setecentos a oitocentos mil réis, garantiram a retomada da produção e a continuidade com a indenização. Eis a razão para o esforço de salvar os livros contábeis com os registros financeiros e de estoques. Entretanto, nem tudo foi consumido pelo fogo permitindo a circulação de mercadorias durante os anos de reconstrução em outro local.⁵⁵ A fábrica funcionou provisoriamente na mesma Rua de S. Pedro,⁵⁶ e, em meados do ano seguinte, José Luiz partiu para a Europa, no vapor *Thames*, para adquirir maquinário e matérias primas para a nova unidade.⁵⁷

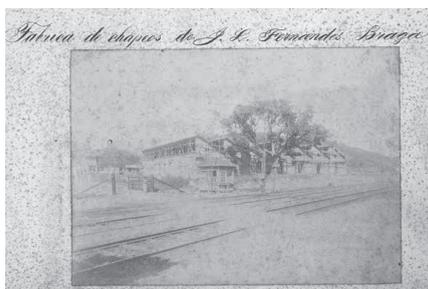


Figura 4 - Construção da Fábrica na Mangueira⁵⁸

55 *O Paiz* (Rio de Janeiro), p.1, 17 set. 1896.

56 *O Paiz* (Rio de Janeiro), p.7, 05 dez. 1896.

57 *O Paiz* (Rio de Janeiro), p.2, 02 jun. 1897.

58 Acervo Privado da Família Fernandes Braga. A fotografia demonstra a área ainda desocupada

Em dois anos as novas dependências foram construídas à altura da primeira parada dos trens após a estação Central do Brasil, onde havia uma grande mangueira que servia de referência, a *estação primeira da Mangueira*. Esse rumo acompanhou a tendência da “expansão da malha urbana, à medida que as linhas – de bondes e de trens – avançaram nos eixos de expansão norte e sul da cidade, bem como na direção do subúrbio cada vez mais distante” (Menezes, 2012, p.82). A unidade foi construída com novos maquinários e estrutura para aumento da produção, juntamente com casas para os operários.

A Fernandes Braga e Cia. foi reinaugurada em setembro de 1898 com uma cerimônia religiosa protestante, retomando as atividades num contexto conflituoso com as ondas grevistas por parte do movimento operariado, das associações e das suas entidades representativas (1903, 1906 e 1917). O ano de 1910 marcou o processo de ocupação permanente do conjunto dos morros que formariam a favela da Mangueira, tendo a fábrica como parte do seu cenário e paisagem.⁵⁹ José Luiz faleceu em 16 de março de 1920 com 78 anos e em 1924 a fábrica passou a se chamar *Sociedade Anônima Chapéus Mangueira* encerrando suas atividades no fim da década de 1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos o quanto o *chapéu* constituiu-se numa importante atividade econômica no período imperial e inicial da república, baseada na utilização da mão de obra escrava e livre. Contudo, foi também um artefato de natureza histórico-social inscrito no mundo da moda e como peça

em seu entorno, a mangueira, os poucos trilhos e uma porteira com um homem em pé. Do lado esquerdo da mangueira uma casa pequena e uma cancela. Fotografia tirada por autor desconhecido entre 1896-1898, digitalizada por Isis Fernandes Braga em 22 ago. 2013 e catalogada pelo autor deste artigo na Seção Fotografias e Imagens de seu Relatório de Pesquisa, 2015, p.310.

59 O Morro do Chapéu Mangueira, situado em outra região no Leme, recebeu este nome por causa de um *out-door* colocado antes da sua ocupação.

usada na maior parte do tempo no espaço público; e, por isso mesmo, indicadora dos lugares sociais dos seus usuários.

Narramos sobre os portugueses chapeleiros que vivenciaram as intrincadas relações tecidas entre a imigração e a produção chapeleira, conectando Braga e Rio de Janeiro, sendo responsáveis pela gênese de uma fábrica localizada no município da corte e na capital da República. As trajetórias e os diferentes destinos dos irmãos brácaros demonstraram as circunstâncias, os arranjos, as escolhas e os condicionamentos dos contextos históricos e sociais, perpassados pelos mundos como do trabalho, da família e da religião, os quais precisam ser historicizados nas tramas do vivido.

AGRADECIMENTOS

Apresentamos aqui resultados da pesquisa do pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (2013-2014). Bolsa FAPERJ. Agradecemos à Prof.^a Dr.^a Martha Campos Abreu (UFF), à Prof.^a Dr.^a Isis Fernandes Braga (UFRJ) e à FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (org.). *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organização. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cad. AEL*, vol. 6, n. 10/11, 1999. p.41-68.
- BELOCH, Israel; FAGUNDES, Laura Reis (eds.). *Sistema FIRJAN: A história de 170 anos de representação industrial no Rio de Janeiro, 1827-1997*. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 1997.

- COSTA, Luis. *A indústria de chapéus em Braga*. Braga: Junta de Freguesia de S. Victor, 2007.
- HARDMAN, Francisco Foot; LEONADI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Global editora, 1982.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, vol. 1. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno. *História econômica de Portugal: uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. *Revista Rio de Janeiro*, n. 12, p.229-251, jan./abr. 2004.
- MENEZES, Lená Medeiros. Imigração Portuguesa: lembranças de terras distantes. Tijuca e São Cristóvão como estudos de caso. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 6, p.79-95, 2012.
- MENEZES, Lená Medeiros de; CYPRIANO, Paula Leitão. Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos e história: os Portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p.103-118.
- PEREIRA, Miriam Halpern. Diversidade e crescimento industrial. In: TEGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001. p.217-240.
- RAMADA, José Antonio Real Pereira. *A indústria chapeleira Portuense entre 1750 e 1852*. Porto: Universidade do Porto, 1997.
- ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do Passado*, vol. 4. Rio de Janeiro: [s.n.], 1957.
- ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do Passado: Dr. Robert Reid Kalley*, vol. 1. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.
- SANTOS, Lyndon de Araújo. *Os mascates da fé: contexto e cotidiano da Igreja Evangélica Fluminense (1855-1900)*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 1995.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1832-1851)*. Lisboa: Ed. Verbo, 1985.

- SOUSA, Fernando de. A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos e história: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008. p.27-34.
- TÁTI, Miécio. *O mundo de Machado de Assis - O Rio de Janeiro na obra de Machado de Assis*, vol. 16. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991. (Biblioteca Carioca)
- VITORINO, Artur José Renda. Operários livres e cativos nas manufaturas: Rio de Janeiro, segunda metade do século XIX. *I Jornada Nacional de História do Trabalho*, p.1-14, 2012. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/acervo/acervo-eletronico/i-jornada>; Acesso em: 11 mar. 2014.